

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 05/10/2018

- [Salgueiro e região passam a contar com programa de apadrinhamento para crianças e adolescentes](#)
- [Equipe psicossocial da 1ª Vara da Infância e Juventude do Recife realiza oficina para gestoras de casas de acolhimento](#)
- [Preso provisório e adolescente internado têm direito de votar nas eleições](#)
- [Crianças são resgatadas em situação de abandono na casa dos pais no Grande Recife, diz polícia](#)
- [Fundação Terra promove evento para crianças em situação de rua no Centro do Recife](#)
- [TJSE realiza curso sobre depoimento especial](#)
- [Entidades se reúnem para articular capacitação e emprego para adolescentes em conflito com a lei](#)

**Assunto: Salgueiro e região passam a contar com programa de apadrinhamento para crianças e adolescentes**

**Fonte: Tribunal de Justiça de PE**

**Data: 05/10/2018**



Com o objetivo de possibilitar a convivência em comunidade a crianças e adolescentes acolhidos em abrigos, a 2ª Vara Cível da Comarca de Salgueiro lançou o programa de apadrinhamento “Construindo Elos”. A iniciativa foi apresentada, no fim de setembro, em palestra realizada no Salão do Júri do Fórum Cornélio de Barros Muniz e Sá, a representantes de instituições sociais dos municípios de Cedro, Serrita, Terra Nova, Parnamirim, Mirandiba e Salgueiro, além de integrantes do Legislativo, da Defensoria Pública e da Ordem dos

Advogados.

O programa de apadrinhamento “Construindo Elos” busca oportunizar a crianças e adolescentes acolhidos na comarca de Salgueiro e região, com perfil de difícil reintegração ou colocação em família substituta, alternativas de acesso ao direito de convivência familiar e comunitária. Dessa forma, busca-se possibilitar aos acolhidos a construção de referências afetivas e sociais, ampliando a rede de apoio social.

Iniciativa do juiz Janderleison Pinheiro Jucá e equipe, o “Construindo Elos” tem como base o programa de apadrinhamento da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (CIJ/TJPE), o “Pernambuco que Acolhe”. A exemplo do programa estadual, a atividade desenvolvida na comarca abrange três modalidades de apadrinhamento: afetivo, provedor ou de apoio profissional. Inicialmente a iniciativa tem foco nas crianças e nos adolescentes acolhidos na Casa de Acolhimento Ana Ataíde, que atende os municípios da região.

**Assunto: Equipe psicossocial da 1ª Vara da Infância e Juventude do Recife realiza oficina para gestoras de casas de acolhimento**

**Fonte:** Tribunal de Justiça de PE

**Data:** 05/10/2018



O direito de proteção integral das crianças e dos adolescentes é o principal objetivo do projeto **Guarde Bem**, idealizado e executado pelo Núcleo Integrado de Assessoramento Psicossocial da 1ª Vara Regional da Infância e Juventude (VRIJ) do Recife. Na quarta-feira (3/10), uma oficina de educação em direitos humanos foi ministrada para as gestoras das quatro casas de acolhimento sob a gestão da Prefeitura do Recife: Acalanta, Novos Rumos, Cordeiro e Raio de Luz. Essas instituições são responsáveis por acolher crianças e adolescentes em medidas protetivas por determinação judicial, em decorrência de violação de direitos (abandono, negligência, violência) ou pela impossibilidade de cuidado e proteção por sua família.



O evento ocorreu no auditório da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE, no bairro da Boa Vista, no Recife. As monitoras do projeto **Guarde Bem** são as servidoras da 1ª Vara da Infância: a assistente social Sâmia Lacerda Chaves Fernandes e as psicólogas Kátia Fernanda Faria Assad e Alzilaine Correia Gomes da Silva. Na oficina, elas abordaram temas como a importância do documento de guarda legal para a garantia dos direitos sociais das crianças e dos adolescentes e o consequente acesso aos serviços públicos; e os direitos e deveres atribuídos aos guardiões, geralmente familiares ou pessoas que já mantêm uma aproximação afetiva e ficam responsáveis de forma provisória ou permanente.

“O foco do projeto **Guarde Bem** é engajar a sociedade na proteção integral de crianças e adolescentes através da guarda legal. A oficina aborda os direitos e as responsabilidades dos envolvidos nos processos de guarda e tutela de crianças e adolescentes em situação de risco de acordo com o Estatuto das Crianças e Adolescentes (ECA). É preciso desmistificar a ideia de que o Judiciário tira a guarda dos pais. A família biológica é a primeira opção e, se não for possível dar prioridade a ela, passamos a considerar outros parentes e, em último caso, uma outra família substituta disposta a acolher e exercer os cuidados materiais e afetivos fundamentais para o desenvolvimento socioemocional. Mas sempre vamos colocar o afeto acima de qualquer outro aspecto, como o financeiro, na definição da guarda”, explica a assistente social do TJPE, Sâmia Lacerda Chaves.

“Os futuros guardiões devem se perguntar se desejam realmente exercer a guarda daquela criança ou adolescente. Não pode haver medo de encarar esse questionamento. Como psicólogas, levamos em conta o desejo de exercer a guarda, seja de forma temporária ou permanente. Não é a decisão judicial que irá garantir o afeto entre os guardiões e as crianças e os adolescentes, mas sim as motivações de cada pessoa”, afirma a psicóloga Kátia Assad.

“É importante sempre aprimorar as práticas para atender melhor as crianças e adolescentes em situação de risco”, declarou a gestora da casa de acolhimento Raio de Luz, Mauricéia Nascimento, que estava presente na oficina.

Além do evento promovido nesta quarta (3/10), há mais atividades previstas. No dia 10 de outubro, a capacitação vai contemplar equipes técnicas compostas por assistentes sociais e psicólogos das casas de acolhimento do Recife. No dia 17 de outubro, haverá um novo encontro com a participação de todos os profissionais que estiveram presentes nas ações anteriores. A primeira atividade do projeto Guarde Bem envolveu os profissionais da Defensoria Pública de Pernambuco (DPPE) em 2016.

**Academia** – Dois trabalhos acadêmicos influenciaram o desenvolvimento do projeto Guarde Bem na 1ª Vara da Infância da Capital. A servidora e assistente social do TJPE, Sâmia Lacerda Chaves Fernandes, concluiu mestrado em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) ao defender, em 2014, a dissertação “Para além da representação: a interface da guarda legal com o avocentrismo e as políticas sociais”.

“Observei que é um fenômeno, na Região Metropolitana do Recife, a avó assumir a responsabilidade legal de crianças e adolescentes, quando os pais perdem a guarda por diferentes fatores. Qual é o impacto da formalização da guarda nesses casos? O que essa nova situação gera para quem assumiu a guarda? Essas perguntas vamos responder no projeto Guarde Bem”, explica a servidora Sâmia Lacerda Chaves.

Já a servidora do TJPE e psicóloga da unidade, Katia Fernanda Faria Assad, estudou o exercício da cidadania para infância no Recife no mestrado em Direitos Humanos realizado também na UFPE. A dissertação “Concepções de crianças acerca do exercício de sua cidadania na cidade do Recife” foi defendida em 2016 e abordou, principalmente, a visão das próprias crianças em relação à garantia de seus direitos no contexto urbano da capital pernambucana.

**Assunto: Preso provisório e adolescente internado têm direito de votar nas eleições**

**Fonte:** Agência Câmara

**Data:** 05/10/2018



A Constituição Federal assegura aos presos provisórios e aos jovens que cumprem medidas socioeducativas, por não terem os direitos políticos suspensos, o direito de votar. Os presos provisórios são aqueles que estão sob custódia de Justiça, mas ainda não tiveram condenação definitiva.

A corregedora do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, Aline de Paula, explicou que, para garantir esse direito, primeiro é realizado o cadastrado dos interessados em votar. Depois, somente é montado um local para a votação se houver o interesse de, pelo menos, 20 pessoas naquela instituição.

"Nós criamos, dentro dos estabelecimentos penais, locais de votação especiais e temporários onde essa pessoa que estiver lá presa pode fazer o requerimento para votar no estabelecimento onde ela se encontra", disse.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, em 2017, o Brasil tinha 221 mil presos provisórios. Já o Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo aponta que em 2015 existiam 26.868 jovens cumprindo medidas socioeducativas.

**Assunto: Crianças são resgatadas em situação de abandono na casa dos pais no Grande Recife, diz polícia**

**Fonte: Portal G1 PE**

**Data: 05/10/2018**



Quatro crianças foram resgatadas da casa onde moravam com os pais, na manhã desta quinta-feira (4), no conjunto Dom Hélder Câmara, em Jaboatão dos Guararapes, no Grande Recife. De acordo com o Conselho Tutelar, as crianças têm dois, quatro, seis e sete anos de idade. Os pais delas foram autuados pelo crime de abandono de incapaz.



Segundo o conselheiro tutelar Jason Clemente, a denúncia foi recebida na noite de quarta-feira (3), quando vizinhos da família, que mora na Rua Frágoso de Medeiros, afirmaram que as crianças estariam em situação de abandono, sozinhas na casa onde moravam. Há três meninos e uma menina.

"A denúncia dizia que, às 19h, as crianças estavam sozinhas, abandonadas pelo pai e pela mãe. Às 9h30, quando chegamos, elas continuavam na mesma situação. A casa estava bem suja, com fezes espalhadas pelos cômodos, pratos sujos, cama no chão. As crianças não haviam sido alimentadas e estavam bastante sujas, inclusive haviam se sujado com as próprias fezes", disse o conselheiro.

Ainda segundo o conselho tutelar, as crianças haviam sido acolhidas pelo Conselho Tutelar de Muribeca em 2017, após denúncias de maus-tratos. Na época, mãe das crianças conseguiu na Justiça a guarda dos filhos.

"Os pais trabalham no circo e se mudam constantemente. A mãe alega que, desta vez, deixou as crianças com o pai na noite da quarta-feira, mas que ele saiu para trabalhar e deixou elas sozinhas. Essa versão não condiz com os fatos, porque a situação da casa mostra que isso vinha acontecendo há mais tempo", afirmou o conselheiro.

Após o resgate, as crianças passaram por exame e, posteriormente, foram encaminhadas para um local de acolhimento institucional. "A criança mais velha, uma menina, está com um hematoma inchado na virilha. Por isso, elas passaram por exames traumatológicos para checar o que aconteceu", contou Jason.

O caso foi registrado na Delegacia de Prazeres. De acordo com a Polícia Civil, os pais se apresentaram, durante a tarde, na 2ª Delegacia de Crimes Contra a Criança e Adolescente e Atos Infracionais de Jaboatão dos Guararapes.

**Assunto: Fundação Terra promove evento para crianças em situação de rua no Centro do Recife**

**Fonte:** Diário de PE

**Data:** 05/10/2018



A Fundação Terra promove, neste sábado (6), em comemoração ao Mês das Crianças, uma tarde solidária e divertida para crianças em situação de rua no Centro do Recife. O evento acontecerá, das 14h às 17h, na casa anexa à Igreja da Santa Cruz, no bairro da Boa Vista. O objetivo é dar mais amor e esperança a cerca de 200 crianças que têm as ruas da capital pernambucana como moradia.

Na festa, os pequenos poderão se divertir à vontade. A comemoração contará com cama elástica, piscina de bolinhas, pintura de rosto, distribuição de brinquedos, lanches e também com recreadores. “A festa foi doada por voluntários da Fundação Terra, que realizam esse evento há dois anos, e sempre apoiam as obras sociais de Padre Airton. As crianças são filhas dos pais que são atendidos pela instituição diariamente”, completou Fernanda Carneiro, voluntária da organização.

Quem tiver interesse em apoiar o evento pode doar bonecas, carrinhos, jogos, que estejam novos ou seminovos (em bom estado de conservação). Os donativos podem ser entregues na unidade, situada na Rua Velha, 413, bairro da Boa Vista; ou no escritório da Fundação Terra, na Rua João de Deus, 213, Torre. Mais informações por meio do site: [www.fundacaoterra.org.br](http://www.fundacaoterra.org.br).

### **Sobre a Fundação Terra**

A Fundação Terra mantém, desde 2016, uma unidade voltada para pessoas em situação de rua na capital pernambucana, chamada de C Amor (Centro de Apoio aos Moradores de Rua). Com diversas ações sociais, a instituição distribui cerca de 150 refeições diárias, entre café da manhã, almoço e jantar, além de oferecer oficinas, curso de alfabetização e banho à população assistida.

A Fundação Terra também atende mais de 900 crianças diariamente em escolas e creches, oferecendo educação, alimentação, material escolar e fardamento, além de atividades extracurriculares. A instituição ainda mantém um centro de reabilitação física, auditiva, visual e intelectual; uma Oficina Ortopédica; instituição de longa permanência para idosos; cursos profissionalizantes; atendimento social, doação de alimentos, entre muitas outras atividades. A organização, além de ter uma unidade no Centro do Recife, mantém a sede em Arcoverde, no Sertão de Pernambuco; e outra unidade em Maracanaú, na Grande Fortaleza.

**Assunto: TJSE realiza curso sobre depoimento especial**

**Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude**

**Data: 05/10/2018**



O Tribunal de Justiça de Sergipe, através da Escola Judicial de Sergipe (EJUSE), em parceria com a Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) e a Coordenadoria de Perícias, iniciou nesta quinta-feira (27), a capacitação para escuta forense de crianças e adolescentes, denominada de *Depoimento Especial*.

O objetivo é capacitar servidores do Tribunal de Justiça de Sergipe para atuarem em audiência com depoimento especial de crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência, aplicando a técnica específica. Vale destacar que este ano entrou em vigor, no dia 4 de abril de 2018, a Lei nº 13.431, que tornou obrigatória a tomada de depoimento especial em todo território nacional.

De acordo com a Coordenadora da Infância, Iracy Mangueira, o TJSE já conta com um Núcleo de Depoimento Especial, no Fórum Gumersindo Bessa, na capital, mas o curso faz parte do planejamento para que a escuta forense de crianças e adolescentes seja realizada em todos os núcleos psicossociais do Estado. “É fundamental essa formação dos profissionais para o depoimento especial. A EJUSE, em parceria com a CIJ e a Coordenadoria de Perícias, inicia hoje a formação e, em seguida, o TJSE ampliará o quantitativo de salas para escuta especializada, descentralizando esse modelo de oitiva especial. ”.

“Apesar da sala de Aracaju ser disponível para todo Estado, eu vejo que ter núcleos descentralizados é uma possibilidade de o depoimento estar mais próximo da população. Trazendo mais segurança para vítima”, comemorou a psicóloga Esther Maynard, do Núcleo de Depoimento Especial do TJSE.

A capacitação é dividida em dois módulos, o primeiro: abordagem sobre as formas de violência; violência sexual e estrutura de entrevista forense. Já o segundo módulo aborda diversos temas, entre eles: uma dinâmica para formas de contar o fato; os desafios da audiência criminal e treinamento de habilidades.

A assistente social da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Marcell Venério Hoffmeister, é uma das facilitadoras do curso. “A lei solicita que para atuar com depoimento especial tem que ser profissionais capacitados. É uma matéria muito delicada e demanda muita capacitação técnica do profissional, em relação a procedimentos de entrevistas, utilização de protocolos e também saber sobre as especificidades das violências. O servidor qualificado evita a revitimização dessa criança ou desse adolescente, que vem pra depoimento”.

**Assunto: Entidades se reúnem para articular capacitação e emprego para adolescentes em conflito com a lei**

**Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude**

**Data: 05/10/2018**



Com o objetivo de integrar as ações de reinserção dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e dos jovens que estejam em situação de vulnerabilidade, entidades públicas e privadas, mediadas pela Vara da Infância e Juventude de Anápolis e pelo Ministério Público do Trabalho, se reuniram na quarta-feira, 3 de outubro, no Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) na cidade.

Ao todo, 16 instituições, entre públicas e privadas, formam o grupo de trabalho, articulado pelo juiz Carlos Limongi Sterse, da Vara da Infância e da Juventude de Anápolis. O grupo está responsável pela execução de projetos de profissionalização e encaminhamento ao mercado de trabalho dos adolescentes.

Antes da reunião, os participantes conheceram a estrutura do Case de Anápolis, administrado pelo Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (Idtech), e as atividades recreativas, esportivas e culturais que estão sendo promovidas pela nova gestão da unidade. Sala de informática climatizada, equipada com 13 computadores e um videogame com óculos de realidade virtual, espaço para a realização de oficina de pintura, galpão de atividades esportivas e recreativas como judô, karatê e pingue-pongue, além da quadra poliesportiva.

Durante a passagem pela oficina de pintura, o adolescente que cumpre medida socioeducativa na unidade, Paulo Júnior\*, chamou a atenção dos participantes para o trabalho em tela que estava desenvolvendo. “Estou pintando a história da minha vida e meu desejo para o futuro. Desde a escolha ruim que fiz lá atrás até o destino que quero chegar um dia, me tornar um agrônomo e mudar meu destino”, contou emocionado.

### **Cursos de capacitação**

A 2ª reunião do grupo de trabalho teve o objetivo de expor, a partir de uma pesquisa realizada com os próprios adolescentes, os cursos profissionalizantes de interesse dos mesmos. Dentre o ranking dos cursos pretendidos, estão, em primeiro lugar, o de informática básica, em seguida, o de mecânico automotivo e eletricista de instalador predial. Ao todo, durante a pesquisa os adolescentes apontaram 20 cursos de capacitação.

“Precisamos fazer a nossa parte diante dos problemas sociais vigentes. Há quase 20 anos trabalhando na Vara da Infância, tenho notado um crescimento no número de adolescentes em medida e que, infelizmente, têm perdido a vida. É preciso dar oportunidade para que eles escolham um caminho diferente. Nenhum desses jovens está aqui porque escolheu estar, mas porque não tiveram opções diferentes. Precisamos chamar essa responsabilidade também para nós, porque somos parte de uma sociedade e só será possível uma transformação com um trabalho em conjunto. Sabemos que a mudança virá em curto e médio prazo, pois ela já vem

sendo observada, graças ao empenho de todas as instituições que estão conosco nesse projeto”, destacou o juiz Carlos Limongi Sterse.

A iniciativa também contou com a presença de representante de empresas, como a Ypê Indústria de Higiene e Limpeza. “Nós viemos aqui para conhecer o projeto e poder participar enquanto empresa e indústria. Nosso objetivo é conseguir inserir esses rapazes no mercado de trabalho, por meio dos nossos programas de aprendizagem e projetos que já temos em parceria com o Senai. Queremos devolver à sociedade esses cidadãos já inseridos no mercado de trabalho”, comentou a coordenadora da YPÊ, Letícia Alves Mio.

A coordenadora contou ainda sobre a experiência positiva ao conhecer a unidade. “Fiquei emocionada com o que eu vi, pois quando a gente passa do lado de fora, não tem a noção de como é a vida e a realidade aqui dentro. Eu agradeço o convite e espero que possamos ajudar com a nossa parceria. Queremos que esse projeto aconteça”.

O coordenador executivo do Idtech, José Cláudio Romero, agradeceu a presença de todos e falou da importância do encontro. “Em sócio educação a gente precisa formar cidadãos e nós fazemos isso com o trabalho que cada um de vocês realizam nas suas instituições. Nós queremos preparar esses adolescentes para a rotina de trabalho. No que se refere às relações humanas e apresentação social, nós queremos cursos profissionalizantes sim, mas também vamos trazer cultura, dança e muitas outras coisas, porque a educação só é efetiva se for realizada de forma integral, pois esse é um passaporte para a cidadania”, comentou o coordenador executivo.

Para a próxima reunião, agendada para novembro, o Ministério Público do Trabalho irá apresentar, a partir de uma pesquisa junto ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), as principais vagas de emprego dispostas no mercado de trabalho.

Além do Juizado da Infância, estão envolvidos o Ministério Público do Trabalho (MPT), Grupo Executivo de Apoio a Crianças e Adolescentes (Gecria), vinculado à Secretaria Cidadã, Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Senai, Senac, Sebrae, Instituto Federal de Goiás (IFG), Instituto Tecnológico do Estado de Goiás (Itego), Câmara de Dirigentes Logistas (CDL), Base Aérea de Anápolis, Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social de Anápolis, Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA), ONG Cruzada Pela Dignidade, Rotary Club de Anápolis, Indústrias YPÊ e Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (Idtech).